**REQUERIMENTO N.º 2236/2019**

**Ementa: Informações sobre o cumprimento dos Artigos 232 e 233 do Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de Valinhos – Lei 2018/1986.**

Senhora Presidente,

Senhores Vereadores:

A Lei 2018 de 17 de janeiro de 1986, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Valinhos, traz em seu Art. 232, inciso II:

**Art. 232** - O Município prestará, dentro de suas possibilidades financeiras, assistência ao funcionário, ativo ou inativo, na forma do que dispuser este Capítulo.

II - **assistência médica, odontológica, farmacêutica e hospitalar; (grifo nosso)**

Como também no Art. 233:

**Art. 233** Os serviços assistenciais médico-hospitalares, que vêm sendo prestado ao funcionário, através de Convênio em entidade congênere**, passam a se constituir em direito adquirido, ficando assegurada a sua permanente prestação. (grifo nosso)**

Sendo assim, o vereador **FRANKLIN**, no uso de suas atribuições legais, requer nos termos regimentais, após aprovação em Plenário, que seja encaminhado à Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Valinhos, os seguintes pedidos de informações:

1. Os artigos 232 e 233 da Lei 2018/1986 foram alterados? Se sim, informar as alterações.
2. Se não, a Câmara Municipal de Valinhos tem cumprido os dispostos no artigo 232, inciso II e artigo 233?
3. A Câmara Municipal de Valinhos tem oferecido serviços assistenciais médico-hospitalares aos funcionários públicos conforme o Art. 233 da Lei 2.018/1986, que trata de direito adquirido?
4. Se sim, com base em qual documento sustenta-se a afirmação?
5. Se não, justificar.

**Justificativa:**

Este vereador, buscando maiores esclarecimentos sobre o assunto, com a finalidade de responder aos questionamentos dos servidores públicos municipais, faz a presente propositura.

Valinhos, 04 de outubro de 2019.

**Franklin Duarte de Lima**

**Vereador**